

Projeto: CAPACITAÇÃO PEDAGÓGICA - Apoio ao desenvolvimento de capacidades na gestão pedagógica dos centros escolares da Missão Católica de Bafatá



Curso III: Competências transversais na docência: escola, família e sociedade

MANUAL DE FORMAÇÃO

MÓDULO III - O TRABALHO DE ORIENTAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

Maria Teresa Santos

Parceiros:



Entidades Colaboradoras:



Cofinanciador:



MANUAL DE FORMAÇÃO

MÓDULO III - O TRABALHO DE ORIENTAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

Ficha Técnica

Título: O trabalho de orientação em contexto escolar

Autor: Maria Teresa Santos

1ª Edição: 2022

Design Editorial: SOLSEF – Sol sem Fronteiras

Design da Capa: Maria Teresa Santos

Editora: SOLSEF – Sol sem Fronteiras

Índice	Página
Nota Introdutória	3
Capítulo 3. O trabalho de orientação em contexto escolar	4
3.1. Conteúdos Programáticos	4
3.2. Objetivos	4
3.3. Fundamentos Psicológicos na Orientação Escolar	5
3.4. Âmbitos da orientação	7
3.4.1. Educação	8
3.4.2. Saúde e Bem-estar	11
3.4.3. Vida em sociedade	13
3.4.4. Vida profissional	15
3.5. Princípios e Modelos de orientação	16
3.6. Competências a desenvolver nos alunos no âmbito da orientação	24
3.7. Ferramentas para o desenvolvimento do trabalho de orientação pelos docentes	27
3.8. Reflexões Finais	31
3.9. Instrumento de testagem de conhecimentos	32
Referências Bibliográficas	33

Nota Introdutória

Este terceiro capítulo serve de suporte ao estudo dos conteúdos programáticos do **Módulo III - O trabalho de orientação em contexto escolar.**

Sabemos como o trabalho docente é exigente e, nem sempre, as condições para o exercício das múltiplas funções que os educadores/professores são chamados a desempenhar facilitam a sua ação, muitas vezes exercida solitariamente.

Neste sentido, considera-se importante envolver os docentes numa equipa multidisciplinar que apoie e oriente os alunos ao longo da sua escolaridade para o exercício de uma cidadania ativa e para a realização escolar, pessoal e profissional.

O contributo da Psicologia e da investigação em orientação escolar e vocacional é, neste plano, de grande relevância e serve de suporte a muita da informação teórica e das sugestões para a prática aqui inscritas. Estas poderão ajudar os docentes a desenvolverem conhecimentos e competências que colocarão ao serviço da educação e orientação dos seus alunos, apoiando-os na construção de projetos de vida com sentido e dignidade.

No final do capítulo, encontram-se as reflexões finais, o pré-teste de conhecimentos e a respetiva grelha de correção, bem como as referências bibliográficas e outros recursos.

Capítulo 3. O trabalho de orientação em contexto escolar

O terceiro capítulo corresponde ao programa do módulo III - **O trabalho de orientação em contexto escolar** (15h = 7,5h regime presencial e 7,5h em trabalho autónomo). Os conteúdos e objetivos estão explanados nos pontos 3.1. e 3.2. e constituem os elementos organizadores para a informação teórica, que é acompanhada por sugestões de atividades realizadas no âmbito do curso de formação.

3.1. Conteúdos Programáticos

Módulo III: O trabalho de orientação em contexto escolar

1. Fundamentos Psicológicos na Orientação Escolar.
2. Âmbitos da orientação:
 - a. Educação;
 - b. Saúde e Bem-estar;
 - c. Vida em sociedade;
 - d. Vida profissional.
3. Princípios e Modelos de orientação.
4. Competências a desenvolver nos alunos no âmbito da orientação.
5. Ferramentas para o desenvolvimento do trabalho de orientação pelos docentes.

3.2. Objetivos

Pretende-se que os formandos venham a:

- Conhecer os fundamentos psicológicos na Orientação Escolar;
- Identificar diferentes âmbitos da orientação;
- Conhecer os princípios e modelos de orientação;
- Reconhecer o papel do professor no processo de orientação escolar e vocacional dos seus alunos;
- Realizar atividades de orientação escolar que promovam nos alunos as competências para a vida em sociedade.

3.3. Fundamentos Psicológicos na Orientação Escolar

Dá-se início a este terceiro módulo pela apresentação do respetivo programa, seguindo-se a resposta dos formandos ao pré-teste de conhecimentos (ver página 32) e a realização da atividade 1 através da qual se pretende partir da experiência pessoal de cada um para a reflexão sobre alguns dos temas a abordar teoricamente.



Para fazer e pensar em conjunto...

Atividade 1 - Reflexão sobre a experiência pessoal

1. Individualmente cada formando/a vai pensar no seu percurso de vida e registar quais os fatores que influenciaram a sua formação e as suas escolhas pessoais e profissionais;
2. A pares vão partilhar essa informação e identificar os obstáculos que tiveram que ultrapassar;
3. O par junta-se a outro par e neste pequeno grupo partilham o que cada um vivenciou no seu percurso:
 - os fatores que influenciaram
 - os obstáculos
 - as perspetivas para o seu futuroSistematizam a informação e fazem o registo de forma esquemática em folhas de papel de grande formato (poster) que serão afixadas na sala;
4. Apresentação em pequenos grupos que integram um elemento de cada um dos anteriores (técnica de *jigsaw*) e que circulam pelos posters, sendo que o elemento que o fez explica aos colegas;
5. Análise e reflexões em grande grupo.



Para uma sistematização teórica...

A Psicologia afirma-se como ciência autónoma (independente da Filosofia) no século XIX e podemos situar a emergência da investigação sobre os processos da relação entre a educação e a orientação para o mundo dos adultos e do trabalho no final desse século, durante o qual se operaram grandes mudanças sociais na transição de sociedades eminentemente rurais para as industrializadas.

É, contudo, no século XX que se vai desenvolvendo toda uma fundamentação teórica e empírica que constituem a base para o destaque de uma área de intervenção psicológica na escola – a da Orientação Escolar e Vocacional, que se inscreve no âmbito da Psicologia da Educação e constitui a especialidade avançada designada - Psicologia Vocacional e do Desenvolvimento da Carreira (Regulamento Geral de Especialidades Profissionais da Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2016).

Este ramo da Psicologia está, assim, historicamente ligado a mudanças sociais profundas na organização da vida pessoal, familiar, escolar e laboral. Herr (2011) traça este percurso, afirmando que:

Educadores e industriais questionavam-se sobre qual deveria ser a educação apropriada às crianças de uma sociedade a sofrer enormes transformações económicas, ou sobre como fazer a ligação entre a escolaridade e a realidade do «mundo dos adultos», ou ainda sobre, como responder às mudanças na estrutura familiar, com a diminuição dos sistemas familiares alargados, ao trabalho infantil, aos novos recursos emergentes nas práticas educativas das crianças, a par das questões sobre a migração e a força do consumo na Revolução Industrial (p. 14).

Este autor sublinha ainda:

Os reformistas sociais da época estavam preocupados com as condições físicas e económicas precárias em que viviam muitos imigrantes, os efeitos nas crianças entre os 9 e os 14 anos, do trabalho em fábricas e em minas frias durante 10 ou 12 horas por dia, sem acesso à escola ou à oportunidade de um desenvolvimento saudável, e com o facto de os trabalhadores, em algumas fábricas, serem tratados pelos patrões como objetos e não como pessoas, com dignidade e direito de escolha dos seus próprios destinos (p.15).

A primeira metade do século XX é marcada pela investigação e intervenção com base na Psicologia Diferencial que procura avaliar as diferenças individuais, classificar e seleccionar os sujeitos e prever o seu sucesso na realização de tarefas específicas.

A esta visão psicométrica (preocupada com a medição) e mais centrada no conteúdo da tarefa do que no comportamento do indivíduo, seguem-se abordagens cujo foco é precisamente o da compreensão do comportamento individual e coletivo, na sua relação com os contextos organizacionais, como a escola ou o trabalho.

Vai-se, assim, construindo um aconselhamento centrado no sujeito e no modo como este vivencia e interpreta a sua experiência. É-lhe reconhecida a capacidade de se envolver ativamente no seu próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem, de fazer escolhas e tomar decisões sobre a sua vida, constituindo-se um colaborador e não um mero recetor da informação veiculada pelo conselheiro (psicólogo ou professor).

Estas perspetivas teóricas que emergem a partir da década de 50 do século XX procuram modelos explicativos sobre as influências destas escolhas e decisões individuais e propõem mudanças na linguagem e conceitos utilizados. Em 1951, Super (citado por Herr, 2011, p.18) define orientação vocacional como “o processo de ajudar uma pessoa a desenvolver e aceitar uma imagem integrada e adequada de si mesmo/a e a transformar essa imagem numa realidade, retirando daí satisfação para si e para a sociedade”.

Estamos, por conseguinte, perante processos psicológicos, relacionados com: autoconceito, autoestima, motivação, crenças, valores, interesses, preferências, aspirações, que influenciam as escolhas e os percursos de vida. Contudo, o sujeito não vive isolado e a interação com o meio social permite-lhe analisar as diferentes possibilidades e oportunidades de desenvolvimento pessoal e de orientação profissional.

3.4. Âmbitos da orientação

Em 2018 (DGE), o Ministério da Educação português publicou um referencial para a ação dos psicólogos a trabalharem nas escolas, reconhecendo o importante papel que os mesmos podem desempenhar na construção de ambientes educativos positivos, que promovem nos alunos, o desenvolvimento integral nas dimensões cognitiva, comportamental, social e emocional, o seu bem-estar e a saúde física e psicológica.

Neste mesmo documento orientador consideram-se como **níveis de atuação a educação, a saúde e bem-estar, a equidade e a qualificação profissional**, para os quais se aponta um conjunto de finalidades com fundamentação nos princípios da inclusão, equidade, autodeterminação, confidencialidade, envolvimento parental, personalização, desenvolvimento profissional, qualidade, respeito pela dignidade e direitos da pessoa, respeito pelos direitos dos alunos, transparência, interferência mínima (ver a definição destes níveis e princípios em DGE, 2018, pp. 10-13).

A existência de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) nas escolas públicas portuguesas data de final dos anos 80 do século passado, mas ainda hoje não é generalizada e o número de psicólogos a trabalharem no sistema educativo é considerado insuficiente.

Este profissional, sendo um técnico especializado, integra as Equipas Multidisciplinares de apoio à Educação Inclusiva criadas pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, equipas estas constituídas por docentes e outros técnicos numa base permanente ou temporária.

O âmbito da sua ação não se esgota no trabalho com alunos, mas abrange também os educadores/professores e os pais/encarregados de educação numa ótica que se pretende mais preventiva, procurando propor linhas de atuação/estratégias que combatam o insucesso escolar, fomentem o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais, promovam o bem-estar e a saúde física e psicológica e providenciem orientação e acompanhamento para a vida futura em sociedade e realização pessoal e profissional da população escolar.

Aos educadores e professores cabe igualmente um papel fundamental na orientação escolar dos seus alunos, ainda que muitas vezes possam não ter plena consciência dos impactos da sua ação pessoal e pedagógica sobre o presente e o futuro da vida dessas crianças e jovens.

3.4.1. Educação

O ensino e a aprendizagem que decorrem da organização e desenvolvimento curricular (através do currículo explícito e oculto) é o território da prática docente e é espaço/tempo privilegiado para promover nos alunos competências transversais não só nas áreas do **saber e saber fazer**, como nas do **ser e saber estar**.

Formar cidadãos felizes, livres, informados e responsáveis que participem crítica e ativamente na sociedade e trabalhem para o bem comum, exige a criação de uma cultura escolar fundada em valores fundamentais como a equidade, justiça, solidariedade, liberdade, que realçam o que de melhor podemos encontrar no ser humano.

Em 2017, o Ministério da Educação de Portugal (ME/DGE) publicou um documento estruturante - “Perfil dos alunos à Saída da escolaridade obrigatória”, no qual se afirma que:

O Perfil dos Alunos aponta para uma educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista. Para tal, mobilizam valores e competências que lhes permitem intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre

questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável (p. 10).

A figura 1 apresenta de forma esquemática os princípios, áreas de competências e valores no qual se fundamenta o perfil dos alunos que se deve ir construindo ao longo dos 12 anos de escolaridade obrigatória (sistema educativo português).

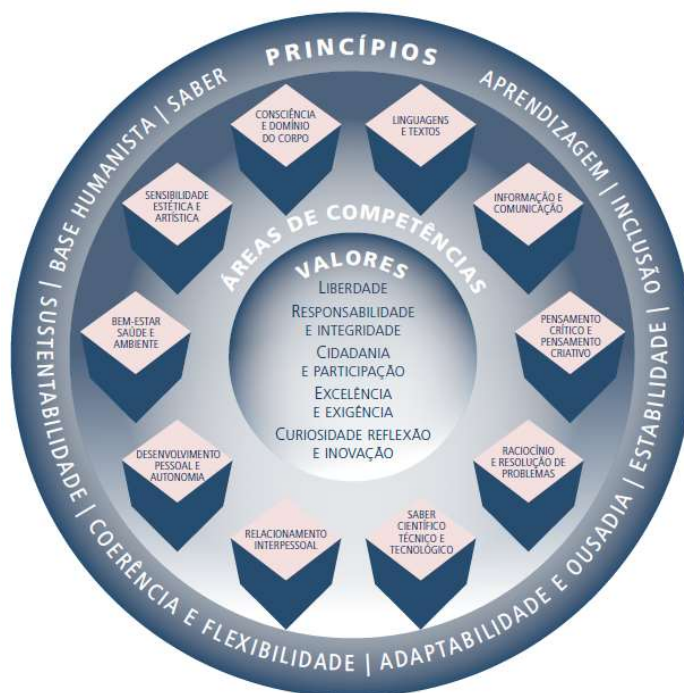


Figura 1 - Esquema conceptual do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória

Fonte: ME/DGE (2017, p. 11)

Um ensino de qualidade que promove o sucesso escolar é tido como condição básica para a orientação escolar e vocacional dos alunos. A investigação nesta área tem demonstrado como as situações de insucesso conduzem ao abandono escolar e podem marcar negativamente o percurso de vida dessas crianças, “empurrando-as” para um ciclo de exclusão social que se tende a perpetuar.

A orientação escolar para a promoção do sucesso educativo é tema de investigação/reflexão e guia para a ação, sendo que invocando vários estudos, Pinto et al. (2003) recomendam:

uma prática colaborativa e integrada de diversos agentes educativos (ex. pais, psicólogos e professores) no processo de ensino-aprendizagem, a prossecução, pelo professor e em sala de aula, de estratégias de motivação dos alunos para aprendizagens persistentes, a escolha de práticas de avaliação escolar centradas no

progresso dos alunos e que favoreçam a aprendizagem cooperativa, a formação de professores e psicólogos em novas abordagens instrutivas e organizacionais (p.39).

Lembramos que foram abordados, no âmbito do Curso I, vários destes aspetos da organização curricular e estratégias de ensino.

As implicações na prática pedagógica docente com vista ao desenvolvimento do Perfil dos alunos foram sintetizadas na parte final desse documento (ME/DGE, 2017, p.31) e por oferecerem uma boa sistematização do que se pretende com o Projeto de Capacitação Pedagógica em curso, transcrevem-se essas sugestões:

- abordar os conteúdos de cada área do saber, associando-os a situações e problemas presentes no quotidiano da vida do aluno ou presentes no meio sociocultural e geográfico em que se insere, recorrendo a materiais e recursos diversificados;
- organizar o ensino prevendo a experimentação de técnicas, instrumentos e formas de trabalho diversificados, promovendo intencionalmente, na sala de aula ou fora dela, atividades de observação, questionamento da realidade e integração de saberes;
- organizar e desenvolver atividades cooperativas de aprendizagem, orientadas para a integração e troca de saberes, a tomada de consciência de si, dos outros e do meio e a realização de projetos intra ou extraescolares;
- organizar o ensino prevendo a utilização crítica de fontes de informação diversas e das tecnologias da informação e comunicação;
- promover de modo sistemático e intencional, na sala de aula e fora dela, atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, confrontar pontos de vista, resolver problemas e tomar decisões com base em valores;
- criar na escola espaços e tempos para que os alunos intervenham livre e responsabilmente;
- valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.

3.4.2. Saúde e Bem-estar

A **saúde**, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um estado de completo **bem-estar físico, mental e social** é uma dimensão do funcionamento humano de extrema relevância uma vez que se trata de uma condição que afeta direta ou indiretamente todas as outras dimensões da vida.

São vários os estudos no âmbito da saúde psicológica, bem-estar, clima e ambiente escolar que demonstram uma relação entre competências pessoais e sociais e bem-estar psicológico com o desenvolvimento e as aprendizagens escolares (Verdasca, 2021).

Desde finais dos anos 90 (século XX) que a OMS lançou a iniciativa das Escolas Promotoras da Saúde, o que teve a vantagem de chamar a atenção para o importante trabalho da escola e dos agentes educativos na orientação das crianças e jovens para uma vida saudável. Uma tal iniciativa levou muitas escolas a desenharem programas de Educação para a Saúde que pudessem atuar preventivamente na autorregulação dos comportamentos de risco e promovessem a saúde mental da população escolar (Verdasca, 2021).

O Ministério da Educação de Portugal nomeou um grupo de trabalho em 2021, constituído por vários especialistas com vista a procederem a uma análise e tecerem recomendações para o “Apoio ao desenvolvimento das aprendizagens e ao desenvolvimento socioemocional e do bem-estar durante e pós-pandemia” (Verdasca, 2021).

No relatório que esta equipa produziu, recomenda-se a medida:

Aumentar a **literacia em saúde psicológica e bem-estar, promover o autocuidado e a adoção de comportamentos pró-saúde e pró-sociais** - em toda a comunidade educativa e de forma sistemática -, permitirá não só intervir de forma mais atempada e preventiva, como também aumentar a resiliência e a adaptação dos alunos e dos profissionais da escola quando confrontados com as diferentes experiências de adversidade e fatores de stress. Desta forma, devem ser implementados nas escolas programas de desenvolvimento de competências socioemocionais e de promoção da saúde psicológica/mental, sustentados em evidência, como parte integrante do currículo, articulado transversalmente em todos os ciclos de ensino (pp.29-30).

Estes autores realçam a importância de uma intervenção sistemática e devidamente articulada, integrada em atividades curriculares e extracurriculares, e sobretudo, envolvendo

todos – alunos, pais, educadores, dirigentes, membros da comunidade educativa mais alargada.

A medida de promoção da literacia (conhecimento, competência, domínio) em saúde física, psicológica e bem-estar, visa que todos:

- Tenham acesso a informação cientificamente validada e compreendam como a podem usar;
- Identifiquem os riscos para a sua saúde;
- Desenvolvam estratégias de autocuidado;
- Adotem comportamentos pró-sociais e pró-saúde.

No relatório referido (Verdasca, 2021, p. 39) são apresentadas as recomendações que aqui se transcrevem:

Sugere-se que as escolas desenhem, implementem e avaliem um plano estratégico para a construção de um ecossistema escolar promotor de saúde física, psicológica, bem-estar, proteção social e inclusão, que contemple as seguintes medidas:

- i) o desenvolvimento intencional de políticas, planos e práticas, e de uma estrutura organizacional promotora de saúde física, psicológica e de bem-estar, tomando por referência a escola como um todo, isto é, o seu ambiente físico, social, a sua cultura organizacional, e as suas pessoas (e. g. alunos, educadores de infância, docentes, não docentes, famílias);
- ii) uma liderança e uma comunicação organizacional capaz de envolver ativamente todos na missão e no desenvolvimento e valorização de projetos comuns, promotores da saúde e do bem-estar, dirigidos a toda a comunidade educativa, que podem ser desenvolvidos com o apoio de uma equipa multidisciplinar dedicada ao efeito;
- iii) a participação ativa das crianças e jovens, por exemplo através de assembleias de alunos e da sua integração em equipas de intervenção e de decisão, para que sejam escutados sobre questões que afetam a sua saúde, aprendizagem e bem-estar, sobre as suas necessidades, propostas e estratégias para lidar com as dificuldades;
- iv) a implementação e avaliação da eficácia de um programa integrado de desenvolvimento de competências sociais e emocionais, baseado em evidência científica, dirigido aos alunos, nomeadamente por via do apoio de estruturas e serviços da escola (e. g. serviços de psicologia); de planos de desenvolvimento pessoal, social e comunitário (PDPSC); de planos curriculares eficazes no âmbito da Cidadania e

Desenvolvimento; e/ou de estratégias como a interdisciplinaridade; a transversalidade a todos os ciclos de ensino; a tutoria de pares;

v) a capacitação dos recursos da escola para uma intervenção/monitorização/avaliação com impacto positivo na saúde física, psicológica, no bem-estar e na aprendizagem dos alunos, considerando a especificidade das suas funções (e. g. educadores de infância, docentes, assistentes operacionais, técnicos especializados, lideranças);

vi) o desenvolvimento de parcerias colaborativas com redes de serviços da comunidade local, conducentes ao aumento da qualidade, sustentabilidade e impacto da saúde e bem-estar.

3.4.3. Vida em Sociedade

As crianças e jovens vivem em sociedade e observam o que se passa à sua volta, mas porque nem todos têm acesso a uma informação de fontes diversificadas, nem a possibilidade de analisar e discutir nos contextos onde vivem, cabe à escola e aos educadores/professores debater os temas que preocupam a humanidade e as sociedades contemporâneas, que se podem inscrever numa educação cívica, hoje designada por Cidadania e Desenvolvimento, proposta como disciplina no sistema educativo português, que foi definida a partir da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (Monteiro, 2017).

A proposta apresentada pelo grupo de trabalho recomendou o reforço da Educação para a Cidadania desde a Educação pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória, considerando que:

A disciplina de *Cidadania e Desenvolvimento* faz parte das componentes do currículo nacional e é desenvolvida nas escolas segundo três abordagens complementares: natureza transdisciplinar no 1.º ciclo do ensino básico, disciplina autónoma no 2.º e no 3.º ciclos do ensino básico e componente do currículo desenvolvida transversalmente com o contributo de todas as disciplinas e componentes de formação no ensino secundário (p.3).

Os autores desta estratégia sugerem ainda que os alunos/as na componente curricular de *Cidadania e Desenvolvimento* “realizem aprendizagens através da participação plural e responsável de todas e todos na construção de si como cidadãos/ãos e de sociedades mais

justas e inclusivas, no quadro da democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos Direitos Humanos” (p.3).

Neste documento (Monteiro, 2017, pp. 6-8) apresentam-se as aprendizagens esperadas em Cidadania e Desenvolvimento, que aqui se transcrevem:

Na abordagem da educação para a cidadania propõe-se que se atenda aos três eixos que foram recomendados, em 2008, pelo Documento do Fórum Educação para a Cidadania:

- Atitude cívica individual (identidade cidadã, autonomia individual, direitos humanos);
- Relacionamento interpessoal (comunicação, diálogo);
- Relacionamento social e intercultural (democracia, desenvolvimento humano sustentável, globalização e interdependência, paz e gestão de conflitos).

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos com implicações diferenciadas: o primeiro, obrigatório para todos os níveis e ciclos de escolaridade (porque se trata de áreas transversais e longitudinais), o segundo, pelo menos em dois ciclos do ensino básico, o terceiro com aplicação opcional em qualquer ano de escolaridade.

1.º Grupo:

*Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade);
Igualdade de Género;
Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa);
Desenvolvimento Sustentável;
Educação Ambiental;
Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico).*

2.º Grupo:

*Sexualidade (diversidade, direitos, saúde sexual e reprodutiva);
Media;
Instituições e participação democrática;
Literacia financeira e educação para o consumo;
Segurança rodoviária;
Risco.*

3.º Grupo:

*Empreendedorismo (nas suas vertentes económica e social);
Mundo do Trabalho;
Segurança, Defesa e Paz;
Bem-estar animal;*

Voluntariado;

Outras (de acordo com as necessidades de educação para a cidadania diagnosticadas pela escola e que se enquadre no conceito de EC proposto pelo Grupo).

Algumas destas áreas transversais serão abordadas no módulo VI deste curso III e como sugerem os autores da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, relativamente a muitas das áreas acima mencionadas, têm vindo a ser produzidos uma variedade de recursos e referenciais, por parte da Direção-Geral da Educação, que estão acessíveis em: <https://www.dge.mec.pt/areas-tematicas>.

A escola deve ser um espaço do exercício da cidadania e é neste exercício vivido quotidianamente que a aprendizagem para uma participação ativa e cívica, numa sociedade que se quer democrática, se vai efetuando.

O Conselho Nacional de Educação de Portugal (CNE) emitiu uma recomendação (n.º2, 2021) sobre a importância de envolver e dar voz aos alunos na escola, salientando que a educação e aprendizagem da cidadania se deve fazer pela participação em projetos concretos, nos quais se envolvem alunos e professores e demais comunidade educativa.

3.4.4. Vida profissional

Desde crianças que, nas nossas brincadeiras, vamos ensaiando diferentes papéis sociais e profissionais que observamos nos contextos que nos são próximos, ou que imaginamos através das histórias que nos contam oralmente ou por outros meios como a rádio, televisão, cinema, internet.

Certamente, que enquanto crianças pequenas, todos desejámos ter uma dada profissão no futuro, desejo esse também estimulado pelos adultos à nossa volta, quando nos perguntam: O que queres ser quando fores grande?

Os sonhos da infância vão-se alterando ao longo do tempo por influência de muitos adultos com os quais convivemos, mas a família e os professores são sem dúvida os que exercem uma maior influência na perspetiva de futuro a que aspiramos.

Cardoso et al. (2014) sustentam que:

A construção de um projeto de vida é um processo contínuo e multidimensional. Contínuo, porque ocorre ao longo do ciclo de vida e multidimensional, porque deve ter em conta outros papéis além dos de estudante e de trabalhador. Assim, o apoio à construção de projetos de vida inicia-se na educação pré-escolar estende-se no apoio

aos adultos na gestão das múltiplas transições que a carreira envolve. Nesta perspetiva, a construção e a implementação de um projeto de vida é um processo nunca acabado, pois à medida que o indivíduo e os contextos se vão transformando, novos desafios se colocam (p.4).

Este processo de orientação para o desenvolvimento de uma carreira e vida profissional será mais explorada nos pontos seguintes deste manual, procurando fornecer informação teórica e prática que ajude os educadores e professores a ter um papel positivo na orientação dos seus alunos.

Devemos sublinhar que entre os quatro âmbitos da orientação focados anteriormente existem muitos cruzamentos, pontos de convergência e interpenetração que convidam a um trabalho interdisciplinar entre os membros da equipa educativa de uma escola ou centro escolar.



Para fazer e pensar em conjunto...

Atividade 2 - Reflexão sobre a prática pedagógica

1. Após a exposição de uma síntese da informação teórica anterior (com recurso a power-point), sugere-se uma atividade em grande grupo:
2. Convidar os formandos para a reflexão sobre a sua prática docente, questionando:
 - Como vejo o meu papel na orientação escolar junto dos alunos/as?
 - Em que âmbito de ação (educação, saúde, vida em sociedade, vida profissional) me costumo focar mais?
 - Que tipo de atividades e estratégias utilizo com mais frequência?
3. Registo e sistematização da informação no quadro ou computador e conclusões gerais.



Para uma sistematização teórica...

3.5. Princípios e Modelos de orientação

Como se referiu anteriormente (no ponto 3.3.) têm sido várias as abordagens teóricas relativamente ao aconselhamento na educação e orientação vocacional, ao longo do tempo. A partir dos anos 60 do século XX, a designação de **vocacional** vai sendo substituída na literatura da especialidade pelo termo **carreira**, sendo que o trabalho de Donald Super se assume como “o principal modelo de desenvolvimento da carreira e do estabelecimento de relação entre teoria, avaliação e intervenção de carreira” (citado por Herr, 2011, p.18).

Antes de se passar a uma melhor explicação sobre o modelo de Super, propõe-se uma apresentação breve de alguns dos modelos teóricos no âmbito da orientação vocacional/carreira.

Modelos Teóricos de Orientação Vocacional/Carreira

- ▶ Abordagem Traço-Fator
- ▶ Modelos de Tomada de Decisão
- ▶ Modelo de Holland
- ▶ Modelo Desenvolvimentista de Donald Super
- ▶ Modelo Ecológico

Abordagem Traço-Fator

Como nos refere Herr (2011, p.15) O autor associado a este modelo é Frank Parsons, “engenheiro, advogado e reformista social que se foi preocupando cada vez mais em desenvolver técnicas para ajudar crianças, adolescentes e adultos a ficarem verdadeiramente esclarecidos sobre os empregos à sua disposição”.

Na base está um modelo tripartido que preconiza a compreensão de “características estáveis mensuráveis e preditivas do comportamento humano, no âmbito da formação, desempenho ou outros contextos de vida” (Herr, 2011, p.17).

Considera-se que o sujeito possui um conjunto de características de personalidade, interesses, aptidões, que se torna necessário avaliar através da observação e da aplicação de uma bateria de testes psicológicos.

Pretende-se assim:

- ▶ A elaboração de um perfil individual;
- ▶ A compatibilização desse perfil com o conjunto de exigências/tarefas de uma dada atividade, profissão ou posto laboral;
- ▶ A compreensão do processo de escolha e de avaliação das competências de tomada de decisão.

Trata-se de uma abordagem muito focada num aspeto da vida do sujeito e na estabilidade das suas características e nas da atividade ocupacional/laboral. Ora, o mundo em que hoje vivemos é muito menos previsível e mais instável, pelo que diferentes perspetivas explicativas foram analisando outro conjunto de variáveis.

Modelos de Tomada de Decisão

Os modelos de tomada de decisão inscrevem-se na teoria da Aprendizagem Social (ver estudos de Krumboltz, 1988; Mitchell & Krumboltz, 1990, citados por Herr, 2011, p.22), realçando a importância da diversidade das experiências de aprendizagem para o desenvolvimento de preferências vocacionais/profissionais e da relevância da observação e modelação comportamental.

Tais experiências podem decorrer do meio envolvente ou na sequência da iniciativa dos sujeitos e influenciam o modo como se veem a si próprios, permitindo-lhes identificar quais os comportamentos e competências de que necessitam para tomarem decisões e lidarem com as tarefas exigidas em diferentes contextos.

Em termos de intervenção, pretende-se promover a aprendizagem de:

- Comportamentos adequados/ajustados;
- Comportamentos adaptativos específicos.

Foca-se ainda na consciencialização do sujeito para desmontar eventuais crenças irracionais e expectativas irrealistas, com vista à reestruturação cognitiva (no sentido da mudança no modo de ver e pensar) como via para o autocontrolo e uma tomada de decisão que seja mais ajustada aos recursos internos do sujeito, mas também aos externos, oferecidos pelo meio físico, social, económico, em que está inserido.

O Modelo de Holland

De acordo com este modelo, a escolha profissional é expressão da personalidade. Holland considerou seis tipos de personalidade: **Realista, Investigativo, Artístico, Social, Empreendedor e Convencional**, que correspondem a seis áreas profissionais, identificadas na figura abaixo:

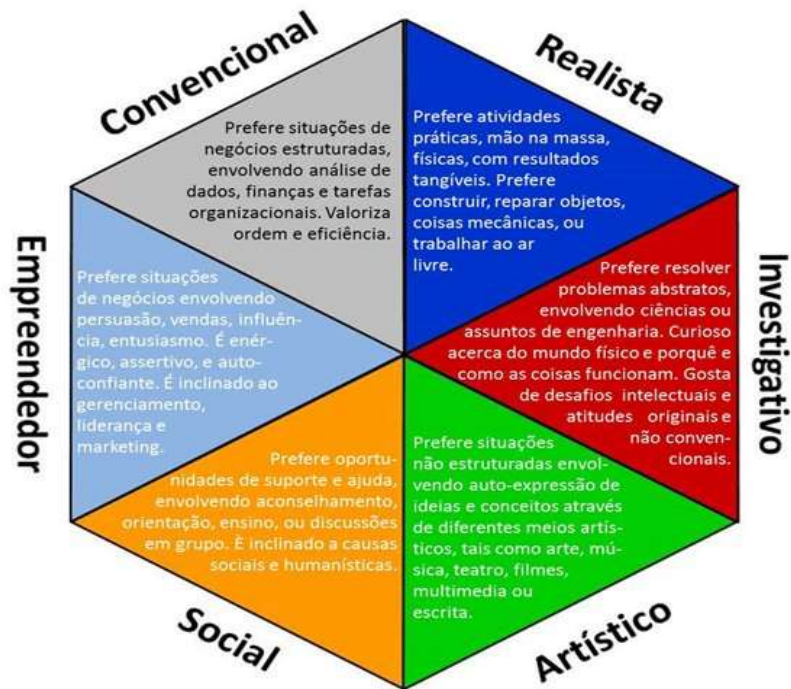


Figura 2. Modelo de Holland

Fonte: <https://www.psicoiajuda.pt/wp-content/uploads/2015/08/0075-Escala-de-interesses-vocacionais-de-Holland.jpg?x36286>

Os indivíduos vão desenvolvendo um ou outro tipo de personalidade pela influência dos pais e doutros familiares, da escola, de membros da comunidade, que tendem a reforçar mais uns comportamentos do que outros, encorajando características pessoais como o autoconceito, autoestima, autonomia e a realização de atividades focadas nos interesses e competências.

Herr (2011) assinala que:

Holland mostrou que os empregos são uma forma de vida, que os ambientes de trabalho refletem as características daqueles que os habitam, em vez de serem apenas lugares onde se desempenham funções de trabalho ou competências, que os interesses são expressão da personalidade e que as pessoas procuram ambientes de trabalho congruentes com os hábitos, valores e processos inerentes ao seu tipo de personalidade (p.21).

No processo de orientação e aconselhamento, pretende-se apoiar o sujeito:

- Nas escolhas que prefere/gosta e pode fazer;
- Na formação, desenvolvimento de competências, exploração de prioridades vocacionais, localização de ofertas de emprego.

Os instrumentos de avaliação das preferências vocacionais elaborados por Holland têm sido utilizados como um referencial na promoção de ofertas educativas.

O modelo desenvolvimentista de Donald Super

O autoconceito é o foco desta abordagem. Para Super o conceito que o indivíduo tem de si próprio não é algo estático e inalterável, mas sim modificável pela experiência.

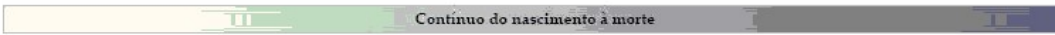
Processos psicológicos que resultam da exploração do EU e da relação e diferenciação com o meio social envolvente, ajudam-nos a situar, a avaliar o nosso potencial para o desempenho das mais diversas tarefas.

Este modelo:

- Salaria que os indivíduos escolhem as profissões que lhes permitem desempenhar papéis consoante o seu autoconceito;
- Sublinha que a escolha de uma profissão está relacionada com o desenvolvimento pessoal - **Processo fluído e dinâmico**;
- Identifica tarefas de desenvolvimento para cinco estádios da vida: **crescimento, exploração, estabelecimento, manutenção e declínio**;
- Define as tarefas de desenvolvimento nos principais períodos de transição, como sejam: **cristalização, especificação, implementação, estabilização e consolidação**.

Trata-se de um modelo teórico integrador que contempla variáveis pessoais e ambientais no comportamento de carreira ao longo do ciclo vital, conforme nos mostra o esquema no quadro abaixo apresentado por Neves (2000, p. 16).

Quadro 1: Caracterização dos estádios e tarefas de desenvolvimento no contínuo do ciclo vital, segundo Super (1980, 1984a, 1990; Super, 1963 *in* Osipow, 1973).

Estádios de desenvolvimento	Crescimento	Exploração	Estabelecimento	Manutenção	Declínio
Idade	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 44 anos	45 - 59 anos	≥ 60 anos
Características	i) Desenvolvimento das capacidades, atitudes, necessidades, valores e interesses.	i) Procura de informação sobre profissões, cursos e mundo de trabalho. ii) Formulação de escolhas, algumas delas não finalizadas.	i) Estabilização de experiências profissionais.	i) Ajustamento e optimização da situação profissional.	i) Diminuição da actividade profissional. ii) Reforma.
 <p>Contínuo do nascimento à morte</p>					
Tarefas de desenvolvimento	Cristalização	Especificação	Implementação	Estabilização	Consolidação
Idade	14 - 18 anos	18 - 21 anos	21 - 24 anos	24 - 35 anos	≥ 35 anos
Características	i) Consciência dos interesses e valores. ii) Início do planeamento vocacional para uma área profissional global.	i) Diferenciação dos interesses e dos valores. ii) Continuação do planeamento vocacional. iii) Formação para uma actividade profissional específica.	i) Continuação do planeamento vocacional. ii) Continuação da formação para uma actividade profissional específica. iii) Entrada no mundo de trabalho.	i) Continuação do planeamento vocacional. ii) Confirmação da preferência vocacional pela experiência no mundo de trabalho.	i) Continuação do planeamento vocacional. ii) Estabelecimento na carreira.

A abordagem compreensiva de Super resulta da síntese dos conhecimentos construídos em vários ramos da Psicologia (Diferencial, Desenvolvimento, Social, Aprendizagem). Muitos dos instrumentos que desenvolveu com os seus colaboradores (e.g., Escala de Valores, Inventário de Desenvolvimento da Carreira, Inventário de Maturidade na Carreira entre outros) podem ser utilizados nos processos de orientação e aconselhamento “dos papéis de vida orientados para o trabalho e para a família: os papéis de estudante, trabalhador, doméstico, lazer, cidadão” (Herr, 2011, p.20).

Modelo Ecológico

Este modelo de orientação tem raízes em várias propostas teóricas sobre o desenvolvimento humano e considera tanto as variáveis psicológicas e pessoais como as sociológicas e contextuais, colocando em destaque os processos de interação entre o sujeito e o meio social. É particularmente relevante na orientação de pessoas mais vulneráveis e, em particular, dos que apresentam necessidades educativas especiais derivadas de dificuldades de natureza intelectual e que requerem um maior suporte para o desenvolvimento de competências de autonomia e autodeterminação e o fortalecimento do autoconceito e autoestima.

No âmbito deste modelo é essencial proceder à:

- Avaliação do ambiente social e comunitário e dos seus recursos;
- Avaliação das características individuais, dos comportamentos adaptativos e do envolvimento do sujeito;
- Clarificação conjunta (entre pais, profissionais e sujeitos com necessidades educativas especiais) sobre os objetivos vocacionais, as características dos ambientes, as barreiras potenciais, as possibilidades de êxito;
- Criação de oportunidades para a participação na vida social, económica e de lazer da comunidade;
- A intervenção que deverá realizar-se em contextos normalizados e naturais e não em programas e ambientes segregadores.

Trata-se de uma avaliação holística, não preditiva, nem prescritiva, que enfatiza a dinâmica da interação indivíduo-meio.

A recolha de informação deve incidir sobre a(s):

- Características, interesses, motivações do sujeito - agente ativo no processo de tomada de decisão;
- Características do contexto para a sua plena inclusão;
- Identificação de necessidades e resolução de problemas.

Os elementos a avaliar situam-se, assim, **no sujeito e no contexto**, abrangendo diversas dimensões de análise que sumariamente se retratam no quadro seguinte:

Sujeito	Contexto
<ul style="list-style-type: none">► Dados de identificação► Dados psicopedagógicos:<ul style="list-style-type: none">► Historial formativo► Perfil de aprendizagem► Vida independente► Dados ocupacionais:<ul style="list-style-type: none">► Interesses e expectativas► Conhecimentos e competências em domínios vocacionais específicos	<ul style="list-style-type: none">► Recursos educativos e formativos► Contexto familiar► Comunidade► Recursos laborais

Técnicas de recolha de dados

São vários os instrumentos que se podem utilizar nesta coleta de dados, embora se destaque a entrevista como meio privilegiado para uma abordagem mais compreensiva junto do sujeito e pessoas do seu círculo de relacionamento mais próximo e junto de agentes da comunidade.

Assim, temos:

Sujeito e pessoas próximas

- Entrevistas iniciais ao sujeito e aos seus pais (para fazer a sua história de vida);
- Entrevistas a professores, colegas e amigos.

Comunidade

- Entrevistas a entidades empregadoras;
- Observação;
- Provas de situação ou de execução das tarefas.

Tomada de Decisão

Em geral, os indivíduos (crianças, jovens, adultos) com dificuldades intelectuais são vistos como totalmente dependentes e incapazes de tomar decisões sobre a sua vida. Esta visão da sociedade tem contribuído para a oferta de programas educativos demasiado básicos e simplificados que não contribuem para o desenvolvimento da autonomia e potencial de aprendizagem dessas pessoas.

A investigação neste domínio revelou que se os ambientes de aprendizagem forem ricos e estimulantes têm um grande impacto no desenvolvimento das capacidades cognitivas de qualquer criança ou jovem, mesmo quando essas capacidades se apresentam à partida limitadas.

Neste modelo ecológico de orientação, todos os que se cruzam na vida da pessoa-alvo devem ser convocados a envolver-se, pelo que se inicia o processo de reuniões com o próprio sujeito e com a família para que o profissional (psicólogo/professor) guie a análise e reflexão sobre a informação recolhida, colocando à discussão:

- Propostas formuladas como hipóteses sobre possíveis saídas profissionais dentro de um perfil de empregabilidade;
- Perfil de empregabilidade - conjunto de possibilidades que teria o sujeito num ou vários contextos determinados;
- Possibilidades inferidas a partir do conhecimento obtido no processo de avaliação;
- Processo amplamente discutido, aberto, flexível – o que o sujeito sabe e pode fazer, o que gosta e o que o meio permite.

O envolvimento de outros membros da escola e da comunidade pode ser efetuado fazendo uso da abordagem conceptual e prática do **Planeamento Centrado na Pessoa**, que visa construir uma “comunidade de prática” de apoio à realização dos desejos e sonhos do sujeito, perspetivando uma vida futura feliz e o mais autónoma possível (para saber mais sobre esta abordagem pode ver Santos, 2017; 2019).



Para fazer e pensar em conjunto...

Atividade 3 - Poeta entre outras coisas...

1. Após a exposição de uma síntese da informação teórica anterior (com recurso a power-point), sugere-se uma atividade em grande grupo:
2. Visualização e análise em grande grupo dos videogramas sobre Alice Neto Sousa e o seu percurso:
 - Poeta cor de Pele - <https://www.youtube.com/watch?v=7klBvQECy6Q>
 - Alice Neto Sousa – no programa Conversa de Mulheres na TV KURIAKOS - <https://www.youtube.com/watch?v=BaWf-vgYnXA>
3. Reflexões gerais sobre o conteúdo dos vídeos e ilações para a prática docente.



Para uma sistematização teórica...

3.6. Competências a desenvolver nos alunos no âmbito da orientação

Noutras partes deste capítulo tem-se vindo a realçar a importância de se desenvolverem nos alunos um conjunto de competências que não se restringem às absolutamente necessárias e específicas para aprender um dado conteúdo do currículo, mas que são transversais e facilitadoras da aprendizagem de uma multiplicidade de conteúdos, aplicáveis em diversos contextos sociais e ao longo da vida.

Como assinalam Cardoso et al. (2014, p. 4):

Num mundo do trabalho que está, em grande parte, estruturado em funções temporárias, em negócios orientados para o cliente e em que o trabalho é maioritariamente desenvolvido em equipas autónomas e com capacidade de encontrar soluções no momento, são fundamentais competências de natureza interpessoal, de comunicação e de resolução de problemas.

No entanto, estes contextos de grande imprevisibilidade e mudança também exigem a construção de uma sólida identidade pessoal, uma atitude pró-ativa e autorregulatória, uma forte crença nas capacidades pessoais, bem como uma curiosidade criativa do saber e de descoberta das oportunidades.

Esta conjuntura desafia todos os agentes educativos, a criarem objetivos partilhados nas ações que desempenham e a potenciarem recursos, com vista a desenvolverem no aluno competências e saberes adaptativos à nova ordem social.

Nesse sentido, é importante promover o/a:

- **Planeamento**
- **Autonomia**
- **Curiosidade**
- **Confiança**
- **Cooperação**

Cardoso et al. (2014, pp. 5-7) formulam a definição destas competências da seguinte maneira:

Planeamento

Planear envolve alguma preocupação com o futuro próximo e de médio prazo e a competência para definir objetivos académicos e pensar nos meios e nos apoios para os alcançar. Planear significa também ser decisor e acreditar nos recursos pessoais para atingir os seus próprios objetivos.

O planeamento evita a indiferença face à carreira. No âmbito do insucesso escolar, para os jovens que não encontram nas aprendizagens formais motivação para aprender será importante planearem percursos alternativos. Perceberem a importância de traçar propósitos de vida e de carreira (Cardoso et al., 2014, p.5).

Autonomia

Ser autónomo significa ter liberdade de decidir ou de iniciar qualquer comportamento. A autonomia implica saber como tomar decisões, para promover maior certeza em relação às escolhas de vida. Deste modo, previnem-se problemas de indecisão através da promoção de sentimentos de controlo face ao futuro escolar e profissional (Cardoso et al., 2014, p.6).

Curiosidade

A curiosidade relaciona-se com saber explorar informação acerca de si e da realidade onde o indivíduo constrói a sua vida. Esta procura de informação em diferentes fontes exige o questionamento, a experimentação e o recurso a múltiplos meios de exploração. Assim, promover a curiosidade facilita o realismo acerca de si e das oportunidades escolares e profissionais (Cardoso et al., 2014, p.6).

Confiança

A confiança significa acreditar nas capacidades e competências pessoais para resolver problemas, desempenhar tarefas e vencer desafios. A confiança permite a iniciativa, a persistência e a ambição (Cardoso et al., 2014, p.6).

Cooperação

A cooperação consiste no uso apropriado de comportamentos interpessoais e métodos que facilitem a concretização dos objetivos do grupo. A cooperação implica ser sensível às necessidades dos outros e aos contributos que o grupo pode dar para uma tarefa. A cooperação, por exigir a abertura ao outro, é essencial ao desenvolvimento do próprio, do grupo, e é a base do trabalho em equipa (Cardoso et al., 2014, p. 7).

A Agência Europeia para o Desenvolvimento de Políticas de Orientação ao Longo da Vida produziu em 2013, um referencial no qual se identificam “os conhecimentos, atitudes, competências e comportamentos que as crianças, jovens e adultos necessitam para gerirem de forma eficaz as suas carreiras e as opções que farão ao longo das suas vidas”. E realça-se a importância de que os indivíduos sejam capazes de “compreender, participar e assumir a responsabilidade pelo seu projeto de vida, mantendo uma perceção positiva da sua identidade, independentemente dos papéis que possam assumir ao longo da vida” (Vuorinen, & Watts, 2013, pp.96-97).

As competências consideradas essenciais são: **autoconceito positivo, interação eficaz, gestão da informação, gestão da mudança, tomada de decisão e acesso ao mercado de trabalho**, que devem ser trabalhadas em quatro níveis de realização: **explorar, analisar, agir, avaliar**, conforme se sistematiza no quadro seguinte:

Competências	Nível de realização			
	Explorar	Analisar	Agir	Avaliar
Desenvolver um autoconceito positivo	Identificação das características pessoais e consciência de si.	Análise da influência do Eu em diversos contextos de vida e dos comportamentos que o afetam.	Adoção de estratégias que reforçam um autoconceito adequado, que promova uma identidade sólida.	Avaliação das estratégias e comportamentos adotados.
Interagir de forma eficaz	Identificação da importância da comunicação em diferentes contextos de vida.	Análise e interiorização de estratégias para a construção de relações positivas.	Adoção de estratégias de interação positiva em diferentes contextos de vida.	Avaliação das estratégias e comportamentos adotados.

Competências	Nível de realização			
	Explorar	Analisar	Agir	Avaliar
Gerir informação	Identificação da natureza e fontes de informação necessárias à gestão de carreira/vida.	Análise e validação de estratégias de gestão eficaz da informação.	Adoção de estratégias de gestão autónoma da informação sobre a economia, a sociedade e oportunidades de aprendizagem e de Trabalho.	Avaliação das estratégias e comportamentos adotados.
Gerir a mudança	Identificação das várias transições ao longo da vida e das formas de as vivenciar.	Análise dos processos de mudança/transição e dos benefícios da pró-atividade.	Adoção de estratégias com vista a facilitar as transições nos diversos contextos de vida, e ser agente de mudança	Avaliação das estratégias e comportamentos adotados.
Tomar decisões	Identificação dos princípios subjacentes à tomada de decisão.	Análise da relação entre o processo de tomada de decisão e a gestão de carreira.	Adoção de estratégias positivas de tomada de decisão.	Avaliação das estratégias e comportamentos adotados.
Aceder ao mercado de trabalho	Identificação das estratégias e competências necessárias para aceder ao mercado de trabalho.	Análise das estratégias com vista à integração e permanência no mercado de trabalho.	Adoção de estratégias adequadas à integração e permanência no mercado de trabalho.	Avaliação das estratégias e comportamentos adotados.

Fonte: Vuorinen, & Watts (2013, p.96)

3.7. Ferramentas para o desenvolvimento do trabalho de orientação pelos docentes

Temos hoje conhecimentos e recursos que possibilitam uma ação pedagógica que vá ao encontro das necessidades das crianças e jovens com as quais trabalhamos, preparando-as para as incertezas do futuro e para a construção de futuros alternativos.

O papel dos educadores/professores, ontem como hoje, continua a ser determinante. Ficou bem patente na pandemia por COVID-19, que forçou milhões de estudantes do mundo inteiro a ficarem em casa, como mesmo para as crianças e jovens de sociedades mais ricas e com

acesso a meios tecnológicos, estes não foram capazes de substituir o apoio e orientação presencial do docente.

Reconhece-se, contudo, que tais meios tecnológicos constituem um recurso potente e complementar ao exercício docente, pelas possibilidades que abrem ao desenvolvimento de processos cognitivos de ordem superior, podendo ampliar os mecanismos para um pensamento criativo, autónomo e autorregulatório.

Alguns dos autores que temos vindo a citar, sugerem que a promoção das competências elencadas no ponto anterior, sejam incluídas de forma articulada e interdisciplinar no currículo escolar e expressa em documentos como o Projeto Educativo e Projetos Curriculares de Escola e Turma.

Rodríguez Moreno (2011, p. 46) apresenta três tipos de “Estratégias específicas da infusão curricular”:

- 1) *As estratégias infusivas*, ou seja, a disseminação de conceitos vocacionais, num sentido amplo e alargado, por todas as disciplinas e atividades curriculares;
- 2) *As estratégias aditivas*, ou de implementação da educação para a carreira, integrada no horário escolar, tal como se de uma disciplina se tratasse, e ocupando a hora da tutoria (neste caso, devem utilizar-se manuais e outros recursos escritos, tanto para o aluno, como para o professor/tutor); e
- 3) *As estratégias mistas* que consistem em integrar a educação para a carreira nas disciplinas de ciências sociais e humanas (Law, 1981; Rodríguez Moreno, 1988; Rodríguez Moreno *et al.*, 1995; Watts, 1979).

Quer se opte por um tipo ou outro, é aconselhável constituir uma equipa com profissionais diferenciados (psicólogo e docentes de vários níveis de ensino e áreas científicas) de forma a elaborar um plano devidamente articulado.

Todavia, este pode ser um processo mais moroso e há várias coisas que os docentes podem fazer no âmbito das suas planificações, sem que isso provoque grandes sobressaltos na organização escolar.

As sugestões apresentadas por Cardoso et al. (2014, pp. 9-11) para promover **o planeamento, a autonomia, a curiosidade, a confiança e a cooperação**, estarão, na sua generalidade, ao alcance de todos, pelo que se transcrevem a seguir:

Planeamento

Os professores podem fomentar o planeamento quando: ajudam os alunos a relacionar o que aprendem e os objetivos que têm para as suas vidas, no sentido de promover uma perspetiva de futuro com confiança; ajudam os alunos a identificarem objetivos de aprendizagem e a planearem o que estudar e como estudar; valorizam o papel da escola e do trabalho para a concretização de projetos de vida (Cardoso et al., 2014, p.9).

Autonomia

A autonomia dos alunos pode ser promovida pelos professores quando promovem a iniciativa em geral, ajudam a identificar barreiras e apoios à concretização dos objetivos; quando ajudam os alunos a refletir sobre decisões que tomam (ou não tomam) em diferentes domínios da sua vida; quando ajudam a descrever atitudes e crenças que influenciam positiva e negativamente as decisões; quando incentivam a persistência face às dificuldades, ouvem os seus alunos com genuíno interesse (Cardoso et al., 2014, p.9).

Curiosidade

Na preparação dos alunos para o mundo laboral e social é particularmente importante que os professores fomentem nos alunos a capacidade reflexiva sobre si e sobre a realidade escolar e profissional.

A reflexão dos alunos sobre si pode ser feita através do diálogo sobre o impacto pessoal das experiências académicas, do confronto com novos conteúdos, temas e experiências académicas (e.g. visitas de estudo, atividades de extensão curricular, etc.) para fomentar novos interesses e competências.

A reflexão sobre as oportunidades escolares e profissionais pode fazer-se ajudando os alunos a relacionar os conteúdos académicos com atividades profissionais, contactar o mundo do trabalho através de visitas de estudo ou atividades de extensão curricular, atenuar estereótipos mostrando que as profissões e as competências possuem um desenvolvimento igualitário independentemente do género, etnia ou estatuto socioeconómico, dar a conhecer oportunidades no âmbito da qualificação profissional, sem juízo de valor nem preconceitos (Cardoso et al., 2014, p.10).

Confiança

Os professores podem fomentar a confiança dos seus alunos quando promovem o sucesso académico, a exploração de capacidades e competências, a concretização das capacidades e aspirações, atitudes positivas face a si próprio e aos seus desempenhos escolares, alternativas e soluções não convencionais na resolução dos problemas (Cardoso et al., 2014, p.10).

Cooperação

Na lecionação das suas aulas, os professores podem facilitar a cooperação quando recorrem a estratégias pedagógicas que impliquem a cooperação para a concretização dos objetivos de grupo, introduzem conteúdos académicos que promovem o conhecimento sobre especificidades dos grupos minoritários no que respeita a crenças, valores e estilos de vida, estimulam a sensibilidade a pontos de vista alternativos, facilitam o trabalho cooperativo com alunos de diferentes culturas e estratos sociais, alertam para a necessidade de tolerância face a grupos minoritários (e.g., género, etnia, religião, estatuto socioeconómico, orientação sexual) através do respeito por crenças e valores dessas populações (Cardoso et al., 2014, p.11).

Consideramos que este conjunto de sugestões ajudará o educador/professor a tomar consciência da importância do seu papel e a ganhar confiança nas suas próprias competências para orientar os seus alunos.



Para fazer e pensar em conjunto...

Atividade 4 - Orientação dos alunos para o futuro ...

1. Após a exposição de uma síntese da informação teórica anterior (com recurso a power-point), sugere-se uma última atividade em pequenos grupos:
2. A partir do guião fornecido, com as competências e propostas de Cardoso et al. (2014), convidam-se os formandos a:
 - identificar algo que não costumam fazer e que consideram interessante e possível de realização;
 - planear uma situação pedagógica (definir conteúdo, objetivos, atividades, tempo, espaço, modo de organização dos alunos, recursos materiais e avaliação) para realizar com os seus alunos e que promova pelo menos 2 das 5 competências descritas pelos autores.
 - registar a proposta em documento *word* (caso haja acesso a computador) ou em suporte papel.
3. Apresentação, análise e reflexão em grande grupo.

3.8. Reflexões finais

O trabalho de orientação em contexto escolar constitui um dos componentes do trabalho multifacetado de um docente. Exige preparação e conhecimentos de outras áreas disciplinares como sejam, em particular, os da Psicologia e Sociologia e, por isso, se defende que as tarefas de orientação dos alunos seja suportada por uma equipa multidisciplinar, responsável pela planificação, acompanhamento e avaliação da intervenção.

As atividades de orientação inscrevem-se em vários âmbitos de intervenção - Educação, Saúde e Bem-Estar, Vida em Sociedade e Vida Profissional - os quais se procurou explanar e fundamentar.

Todo o enquadramento teórico, recomendações para a prática e recursos, que integram este capítulo, visam aprofundar a formação dos educadores/professores e a sua consciencialização para o papel relevante que desempenham na orientação escolar, pessoal e profissional das crianças e jovens com quem trabalham.

No fundo, estamos a falar da missão da escola na formação dos alunos na vida e para a vida, cumprindo-se ideais de realização pessoal e coletiva, que muitos pedagogos do início do século XX já preconizavam, mas que terão de ser adaptados às sociedades do século XXI.

A cientista portuguesa Maria de Sousa (2016) discorria, numa conferência, a propósito da influência que a sua professora do ensino primário tinha tido na sua orientação para a ciência e da precariedade dos saberes, o seguinte:

(...) na minha opinião, deveria haver em todos os cursos, sem exceção, uma cadeira sobre O Saber. Curiosamente a componente mais poderosa d'O Saber é estar preparado para o que não se sabe. É perguntar. É duvidar. E, sempre que possível, demonstrar ou exigir que se demonstre (p.46).

(...) Eu sei com alguma certeza que o que vai transformar o desenvolvimento de um país no século XXI não é tanto o que é preciso saber, mas a educação da coragem de saber que não se sabe, que as maiores reservas do desenvolvimento de um país estão dentro, não dos que conhecem o Mercado de trabalho hoje, mas dos que procuraram educar a visão do que só O Saber lhes pode dar: a criação de novos mercados de trabalho (p.47).

3.9. Instrumento de testagem de conhecimentos

Sugere-se a avaliação prévia dos seus conhecimentos na resposta ao questionário que se segue.

PRÉ-TESTE

[Módulo III - O trabalho de orientação em contexto escolar]

1. Leia com atenção as afirmações no quadro abaixo e escreva um X numa das colunas da direita (Verdadeiro/Falso) de acordo com o que sabe sobre o assunto:

Afirmações	Verdadeiro	Falso
1. A ação pedagógica do educador/professor tem impacto nas opções do futuro dos seus alunos.		
2. A orientação escolar deve ser realizada apenas por psicólogos.		
3. Um docente só se deve preocupar com ensinar conteúdos.		
4. A orientação escolar abrange a educação, saúde, cidadania e vida profissional.		
5. Há uma relação entre as competências pessoais e sociais dos alunos com as aprendizagens escolares.		
6. O professor/educador limita-se a ensinar o aluno para passar de ano.		
7. O ambiente escolar deve promover a saúde e bem-estar psicológico dos alunos.		
8. A construção de um projeto de vida só começa na idade adulta.		
9. Motivar os alunos para o sucesso ajuda-os a construir o seu futuro profissional.		
10. Um professor não tem que se preocupar com o desenvolvimento das características pessoais dos alunos.		
11. A colaboração entre os vários agentes educativos facilita a orientação escolar e vocacional dos alunos.		
12. O planeamento, a autonomia, a curiosidade, a confiança e a cooperação são competências essenciais para a vida.		

Respostas: Verdadeiro: (1, 4, 5, 7, 9, 11, 12); Falso: (2, 3, 6, 8, 10).

Referências Bibliográficas

- Cardoso, P., Taveira, M. C., & Teixeira, M. O. (2014). *O Papel dos Professores no Processo de Orientação*. Direção-Geral da Educação/Ministério da Educação e Ciência. <https://area.dge.mec.pt/euroguidance/Opapel dos professores no processo de orientacao.pdf>
- Direção-Geral de Educação (DGE) (2018). *Orientações para o trabalho em psicologia educativa nas escolas*. Ministério da Educação/DGE. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias Imagens/orientacoes para o trabalho em psicologia educativa nas escolas.pdf.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias%20Imagens/orientacoes%20para%20o%20trabalho%20em%20psicologia%20educativa%20nas%20escolas.pdf.pdf)
- Herr, E. L. (2011). Abordagens às intervenções de carreira: perspectiva histórica. In M. C., Taveira, & J. T. Silva, (Coord.). *Psicologia Vocacional: Perspectivas para intervenção* (pp.13-27). 2ª Edição. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0091-8>
- Ministério da Educação/Direção-Geral de Educação [ME/DGE] (Ed.) (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. ME/DGE. [http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto Autonomia e Flexibilidade/perfil dos alunos.pdf](http://dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto%20Autonomia%20e%20Flexibilidade/perfil%20dos%20alunos.pdf)
- Monteiro, R. (Coord.) (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. DGE. [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos Curriculares/Aprendizagens Esenciais/estrategia cidadania original.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos%20Curriculares/Aprendizagens%20Essenciais/estrategia%20cidadania%20original.pdf)
- Neves, S.T.A.P. (2000). *Estudo dos Valores Profissionais em Contexto Escolar*. [Monografia para a obtenção do grau de licenciado em Psicologia Social e do Trabalho. Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/988>
- Pinto, H. R., Taveira, M. C., & Fernandes, M. E. (2003). Os professores e o desenvolvimento vocacional dos estudantes. *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 16, nº 1, pp. 37-58. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37416102>
- Rodríguez Moreno, M.L. (2011). A educação para a carreira: aplicações à infância e à adolescência. In M. C., Taveira, & J. T. Silva, (Coord.). *Psicologia Vocacional: Perspectivas para intervenção* (pp.29-58). 2ª Edição. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0091-8>
- Santos, M.T. (2019). Planeamento Centrado na Pessoa na Autodeterminação e Cidadania de Pessoas com Dificuldades Intelectuais. *Livro de Atas XIV Congresso da SPCE | Ciências, Culturas e Cidades*, Coimbra, 2018 (pp.355-366). ISBN 978-989-99775-5-6. <http://www.spce.org.pt/assets/files/Actas%20do%20XIV%20Congresso%20SPCE%20-%20Coimbra%202018.pdf>
- Santos, M.T.P. (2017). *Planeamento Centrado na Pessoa: uma abordagem emancipatória das pessoas com dificuldades intelectuais*. Instituto Politécnico de Beja. <https://repositorio.ipbeja.pt/handle/20.500.12207/4522>
- Sousa, M. (2016). Entre Saber e Saberes. *Conferência Internacional "Educação e Desenvolvimento – Escola e Sociedade"*, (pp.43-49). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Taveira, M. C., & Silva, J. T. (Coord.) (2011). *Psicologia Vocacional: Perspectivas para intervenção*. 2ª Edição. Imprensa da Universidade de Coimbra. <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0091-8>

Verdasca, J. (Coord.) (2021). *Apoio ao desenvolvimento das aprendizagens e ao desenvolvimento socioemocional e do bem-estar durante e pós-pandemia*. DGE/PNPSE.

https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/30735/1/Doc.%20Final%20I%20Trabalho%20Despacho%20n%C2%BA%203866-2021_vers%C3%A3o%20final.pdf

Vuorinen, R., & Watts, A. G. (Eds.) (2013). *Desenvolvimento de Políticas de Orientação ao Longo da Vida: Um Kit de Recursos Europeu*. The European Lifelong Guidance Policy Network (ELGPN). <http://www.elgpn.eu/publications/browse-by-language/portuguese/desenvolvimento-de-politicas-de-orientacao-ao-longo-da-vida-um-kit-de-recursos-europeu/>

Legislação Portuguesa, Regulamentos, Recomendações

Decreto-Lei n.º 54/2018 do Ministério da Educação (2018). Diário da República n.º 129/2018, Série I de 2018-07-06, páginas 2918 – 2928, <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/54/2018/p/cons/20191003/pt/html>

Conselho Nacional de Educação (CNE) (2021). A voz das crianças e dos jovens na educação escolar. Recomendação nº2. <https://www.cnedu.pt/pt/deliberacoes/recomendacoes>

Regulamento Geral das Especialidades da Ordem dos Psicólogos Portugueses (2016). Regulamento n.º 107-A/2016. Diário da República, 2.ª série — N.º 20 — 29 de janeiro de 2016. https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/regulamento_geral_de_especialidades_profissionais_publicado_no_diario_da_republica.pdf

Outros recursos

- Direção-Geral da Educação – áreas temáticas - <https://www.dge.mec.pt/areas-tematicas>
- Escola SaudávelMente - <https://escolasaudavelmente.pt/>
- Eu sinto-me (portal de saúde psicológica e bem-estar) – <https://eusinto.me/>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) - <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt>
Várias publicações com sugestões de atividades para o desenvolvimento de competências socioemocionais e promoção do bem-estar e saúde psicológica - <https://recursos.ordemdospsicologos.pt/>
- Pimental, F., Conde, J., Gonçalves, R., Tonde, M., & Francisco, A. (2017). *Manual para professores primários de educação para a cidadania e direitos humanos*. Edições APDES. (Projeto realizado numa escola em Angola). <https://apdes.pt/wp-content/uploads/2015/12/Manual-para-Professores-Prim%C3%A1rios-Educa%C3%A7%C3%A3o-para-a-Cidadania-e-Direitos-Humanos.pdf>